



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.007.2026

CONTRATANTE (UASG) Nº983371
MUNICÍPIO DE BIRITINGA

OBJETO:

SRP PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DIVERSOS, ZERO QUILOMETRO EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SAÚDE.

VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ITENS:

ITEM 01: R\$1.195.320,00	ITEM 07: R\$ 198.754,90
ITEM 02: R\$ 684.733,28	ITEM 08: R\$3.060.338,50
ITEM 03: R\$ 204.212,60	ITEM 09: R\$2.844.467,92
ITEM 04: R\$ 116.306,60	ITEM 10: R\$ 252.832,00
ITEM 05: R\$ 514.666,60	ITEM 11: R\$ 229.886,00
ITEM 06: R\$1.391.506,40	ITEM 12: R\$ 95.320,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 01/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	9
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	122
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	133
11.	DOS RECURSOS	133
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	14
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	166
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

EDITAL Nº0012.2026/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.007/2026
(Processo Administrativo nº0042/2026).

O MUNICÍPIO DE BIRITINGA/BAHIA, torna público, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO - SRP** na forma **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, o pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão no Portal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> a sessão será realizada por intermédio do Pregoeiro Oficial do Município, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 49/2023, e demais legislação aplicável e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DIA: 01/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília/DF)

Endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Modo de Disputa: Aberto

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o SRP para a futura e eventual Aquisição de veículos diversos, zero quilômetro para atender as solicitações das secretarias de Educação e Saúde deste Município, conforme condições, estabelecidas ETP apêndice do Termo de Referência, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por ITEM, conforme consta do Estudo Técnico Preliminar e tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para os itens de seu interesse, conforme quantitativo estabelecido, sob pena de desclassificação de sua proposta.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 02 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A vedação de que trata o item 06 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será posterior as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

- 4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 03 ou 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total de cada item;

5.1.2. Marca se for o caso;

5.1.3. Fabricante se for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. **O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação de cada ITEM.**

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como fornecer o(s) veículo(s) em quantidades e qualidade, assumindo a perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, a substituição de item em desacordo com o definido pelo Município.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item que compõe cada GRUPO.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo R\$100,00 (cem reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos veículos produzidos ou fornecido por:

6.19.2.1. Empresas estabelecidas no Estado da Bahia;

6.19.2.2. Empresas brasileiras;

6.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento na forma a seguir:

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 0 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o 05 deste Edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia autenticada.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

8.13. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Caso necessário serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 25 (vinte e cinco) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (www.gov.br/compras).

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.6. fraudar a licitação

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 5% incidente sobre o valor a ser contratado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0, a multa será de 0,5% a 5% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, a multa será de 1% a 5% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: portal do Comprasnet e pelo e-mail: cplbiritinga@gmail.com

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.6. As correspondências que não poderem ser encaminhada pelo sistema poderão ser pelo e-mail: cplbiritinga@gmail.com. Não serão aceitas correspondências pelo e-mail, que sejam exclusivas de serem anexadas pelo sistema, tal fato poderá ensejar a desclassificação da interessada do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Biritinga, 14 de maio de 2026.


COSME NILTON OLIVEIRA CRUZ
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A futura e eventual aquisição de veículos para atender as demandas da Secretaria de Educação e de Saúde deste Município.
- 1.2. As descrições e quantitativos são aqueles constantes do Item 09 deste Termo de Referência.
- 1.3. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura, na forma do Artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Este prazo é necessário pois os bens requerem a garantia mínima de 12 meses, além da garantia oferecida pela fabricante dos veículos.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO BEM

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Recebimento dos veículos.

- 5.1.1. No recebimento dos veículos o Município poderá realizar testes operacionais, para poder caso necessário verificar as características próprias de cada veículo.
- 5.1.2. Caso ocorra rejeição, os veículos deverão ser substituídos pelo vencedor do certame em no máximo 30 (trinta) dias corridos, a partir da data do comunicado formal de rejeição.
- 5.1.3. Os veículos deverão ser entregues acompanhado da Nota Fiscal correspondente e dos documentos de regularidade fiscal estabelecidos neste Termo de Referência.
- 5.1.4. A Nota Fiscal correspondente será certificada, somente após a verificação do perfeito funcionamento dos veículos e a entrega da documentação técnica completa. A partir dessa data, iniciará a contagem do período de garantia.

5.2. Do fornecimento

- 5.2.1. O fornecimento dos veículos ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e de Saúde do Município de Biritinga/BA, mediante ordem de fornecimento emitida pela Administração, respeitados os quantitativos, especificações técnicas e prazos estabelecidos no instrumento contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

5.2.2. Cada parcela corresponderá à entrega de um ou mais veículos, de acordo com o cronograma definido pela Administração, observado o prazo máximo de entrega a contar da emissão da respectiva ordem de fornecimento.

5.2.3. Os veículos deverão ser novos, zero quilômetro, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, com fabricação do ano corrente ou, no máximo, do ano imediatamente anterior à data da entrega, desde que não tenham sido emplacados, licenciados ou utilizados.

5.2.4. A entrega deverá ser realizada no local indicado pela Secretaria Municipal de Administração, ficando sob responsabilidade da contratada todos os custos relacionados ao transporte, seguro, carga e descarga.

5.2.5. Os veículos deverão ser entregues emplacados, licenciados, acompanhados de toda a documentação obrigatória, manuais, garantia de fábrica, chave reserva e demais itens exigidos pela legislação de trânsito vigente.

5.2.6. O recebimento dos veículos dar-se-á inicialmente de forma provisória, para conferência e verificação da conformidade com as especificações contratuais, e, posteriormente, de forma definitiva, após a constatação do atendimento integral às condições pactuadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2.7. A entrega dos veículos objeto deste Termo, conforme o ETP deverá ser feita no prazo de até 30 (trinta) dias, na sede da Prefeitura Municipal de Biritinga, correndo por conta da Contratada todas as despesas, bem como, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem no fornecimento.

5.2.8. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, para tanto, será necessário a solicitação da Empresa contratada com as devidas justificativas, e o devido aceite do Município.

5.2.9. Por ocasião da entrega, a(s) Contratada(s) deverá colher, no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura do servidor da área competente do Município de Biritinga responsável pelo recebimento.

5.2.10. O Município de Biritinga se reserva o direito de rejeitar os veículos, caso a entrega seja feita em desacordo com o descrito no ETP.

5.3. Garantia e assistência técnica

5.3.1. Garantia mínima de fábrica, sem limite de quilometragem, para motor, câmbio e ar-condicionado de 01 ano e garantia mínima contra corrosão de 2 anos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto. A assistência será prestada pela contratada, ou através de designação de concessionária autorizada que esteja localizada no Estado da Bahia de preferência em cidades próximas;

5.3.2. A Assistência englobará toda a manutenção preventiva, durante o prazo de garantia, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas, a fim de manter os veículos em perfeitas condições de uso;

5.3.3. A manutenção preventiva e corretiva durante a garantia será de responsabilidade da contratada;

5.3.4. A contratada deverá apresentar diagnóstico em até 48 horas após acionamento.

5.3.5. Todas as despesas de garantia correrão por conta da contratada.

6. MODELO DE FISCALIZAÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Da gestão

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. A Secretaria de Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. Fiscalização

6.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.2.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições contratuais estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.2.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento das obrigações contratadas, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.2.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.2.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.2.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação do instrumento.

6.2.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.2.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.3. Gestor do Contrato

6.3.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do fornecimento, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.3.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.3.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.3.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.3.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos contratados.

7. CRITÉRIOS DE ACEITE, LIQUIDAÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O(s) veículo(s) será (ão) recebido(s) de forma definitiva, após a verificação da qualidade do bem e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto as especificações e qualidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo fornecedor de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Secretaria de Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2. a data da emissão;

7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5. o valor a pagar; e

7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Município contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Edital e Anexos;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.2. O pagamento estará condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do Município, observada a ordem cronológica de pagamentos.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

8.2. Habilitação jurídica

8.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4 Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5. Relativos à qualificação técnica.

8.5.1. As empresas, cadastradas ou não, cuja documentação não esteja disponível no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.5.1.1. Comprovação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que atua no ramo de atividade do fornecimento de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

veículo objeto deste Termo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado.

8.5.1.2. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial do licitante ou pelo próprio, assim como aqueles emitidos por empresas das quais participem sócios ou diretores da empresa licitante;

8.5.2. A exigência de atestado de qualificação técnica é justificada levando-se em consideração o valor do veículo a ser adquirido.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação está previsto nos itens conforme a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
01	Veículo, com motorização mínima 1.8, bicombustível (gasolina e etanol), zero km, ano de fabricação e modelo 2025/2026 ou superior; capacidade para no mínimo 7 pessoas, incluindo o motorista; cor sólida branca; transmissão manual de 5 marchas à frente no mínimo e 1 à ré; direção hidráulica ou superior; ar condicionado; 1.700 cilindradas no mínimo, potência mínima de 125cv com gasolina e 130cv com etanol; rodas em aço com no mínimo R15" (polegadas), com calotas integrais ou superior; freios dianteiros a disco e traseiro a tambor; a configuração de portas deverá apresentar portas laterais e traseira; painel de instrumentos com conta giros, velocímetro, odômetro e marcador do nível de combustível para-choques na cor do veículo; com jogo de tapetes alarme original de fábrica ou original do fabricante do equipamento, com garantia de no mínimo 12 (doze) meses; película de proteção solar instalada; equipamento de som com rádio AM/FM, CD e MP3 ou superior, instalado de fábrica ou original do fabricante do equipamento, com garantia mínima de 12 (doze), incluindo-se caixas de som. Incluindo ainda todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e demais itens de série do veículo. Garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses para o veículo, sem limite de quilometragem, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante e/ou licitante. CATMAT 466202	UND	8	R\$149.415,00	R\$1.195.320,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
02	VEÍCULO TIPO HATCH, novo, 0 km / configuração mínima: ano/modelo 2026 / Motor 1.0, com 04 (quatro) cilindros, com no mínimo 70 (G) / 73 (E) cavalos / Flex / Câmbio manual de 05 (cinco) marchas à frente e uma marcha à ré / Direção elétrica / Ar condicionado / Capacidade de 5 passageiros / 4 portas / Cor predominante carroceria: branca / porta malas capacidade mínima de 210 litros / largura mínima do veículo 1640 / vidros elétricos (no mínimo dianteiros) travas elétricas nas 4 portas / volante com regulagem de altura / Aro mínimo R14, com estepe / Tanque de combustível com capacidade mínima de 45 litros / Airbag duplo / Limpador e lavador dos vidros dianteiros / Central multimídia com no mínimo tela de 8,4" touchscreen, Apple Car Play e Android Auto wireless, Comandos de Voz, Bluetooth, MP3, Rádio AM/FM, Entrada Auxiliar, Porta USB (2): USB Tipo A e Tipo C. Contendo todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses. CATMAT: 459806	UND	08	R\$85.591,66	R\$684.733,28

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
03	VEÍCULO TIPO HATCH, novo, 0 km / configuração mínima: ano/modelo 2025/2026 / Motor 1.3, com 04 (quatro) cilindros, com no mínimo 106 cv (etanol) / 97 cv (gasolina) / Flex / Câmbio manual de 05 (cinco) marchas à frente e uma marcha à ré / Direção elétrica / Ar condicionado / Capacidade de 5 passageiros / 4 portas / Cor predominante carroceria: branca / porta malas capacidade mínima de 360 litros / largura mínima do veículo 1740 / vidros elétricos (no mínimo dianteiros) travas elétricas nas 4 portas / volante com regulagem de altura / Aro mínimo R15, com estepe / Tanque de combustível com capacidade mínima de 47 litros / Airbag duplo / Limpador e lavador dos vidros dianteiros / Central multimídia com no mínimo tela de 8,4" touchscreen, Apple Car Play e Android Auto wireless, Comandos de Voz, Bluetooth, MP3, Rádio AM/FM, Entrada Auxiliar, Porta USB (2): USB Tipo A e Tipo C. Contendo todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses. CATMAT: 256392	UND	02	R\$102.106,30	R\$204.212,60

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
04	VEÍCULO TIPO HATCH, novo, 0 km / configuração mínima: ano/modelo 2026 / Motor 1.3, com 04 (quatro) cilindros, com no mínimo 106 cv (etanol) / 97 cv (gasolina) / Flex / Câmbio automático de 05 (cinco) marchas à frente e uma marcha à ré / Direção elétrica / Ar condicionado / Capacidade de 5 passageiros / 4 portas / Cor predominante carroceria: branca / porta malas capacidade mínima de 360 litros / largura mínima do veículo 1740 / vidros elétricos (no mínimo dianteiros) travas elétricas nas 4 portas / volante com regulagem de altura / Aro mínimo R15, com estepe / Tanque de combustível com capacidade mínima de 47 litros / Airbag duplo / Limpador e lavador dos vidros dianteiros / Central multimídia com no mínimo tela de 8,4" touchscreen, Apple Car Play e Android Auto wireless, Comandos de Voz, Bluetooth, MP3, Rádio AM/FM, Entrada Auxiliar, Porta USB (2): USB Tipo A e Tipo C. Contendo todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses. CATMAT: 459806	UND	01	R\$116.306,60	R\$116.306,60

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
05	Veículo Transporte: Aplicação: Passageiro e Carga, Tipo: Camioneta, Capacidade Transporte Passageiros: 2 UN, Tração: 4 X 4, Combustível: Óleo Diesel, Capacidade Tanque Combustível: Mínima 70 L, Cor: Branca, Quantidade Portas: 02 UN, Características Adicionais: Capacidade mínima de carga 1.000 Kg, Motor 2.8L mínimo, Cilindrada mínima 2.755 cm³, Transmissão Manual de 6 velocidades, Pneus aro no mínimo R16, Comprimento mínimo de 4.900 mm, Largura mínima sem espelho retrovisor 1.700 mm, Altura mínima 1.700 mm, distância mínima entre eixos 3.000 mm; Peso bruto total mínimo de 2.900 Kg, Peso bruto total combinado mínimo de 6.450 Kg, dimensões mínimas da Caçamba (Comprimento 2.200 mm, Largura 1.500 mm, Altura 470 mm), central multimídia. Conter os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses. CATMAT: 320755	UND	02	R\$257.333,30	R\$514.666,60

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
06	Veículo Transporte Pessoal Tipo: Van, Motor: no mínimo 2.2 L. Potência Motor: mínimo de 129 CV. Combustível: Óleo Diesel, Cor: Branca, Tipo Câmbio: Manual, Direção: Hidráulica, 02 Portas Dianteiras/01 Porta Lateral e 01 porta traseira. Capacidade: 16 pessoas (15+1). Dimensões: Teto Alto, comprimento total mínimo de 6.000 mm a 5.900 mm, entre eixos mínimas de 4.000 mm. Características Adicionais: Ar Condicionado, Direção Hidráulica, Trava Elétrica. Central multimídia. Conter os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses CATMAT: 392963	UND	04	R\$347.876,60	R\$1.391.506,40

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
07	Veículo Utilitário Tipo Motor: Diesel, Capacidade Passageiro: 3, Tipo Direção: Hidráulica, ou hidráulica/elétrica, ou elétrica. Tipo Tração: 4x2, Carga Útil: mínima de 1.300 KG, Tipo Refrigeração: Ar Condicionado, Tipo Freio: Abs, Características Adicionais: Garantia Mínima De 1 Ano, Carga Util Mínima: 1.300 KG, Capacidade Tanque Combustível: mínimo de 60 L, Transmissão: 6 Marchas A Frente E 1 Ré, Modelo: 0 Km, Fabricação: Nacional, Cor: Branca, Potência Motor: mínima de 130 C. Opcionais: Baú Isotérmico Refrigerado com no mínimo: Isolamento isotérmico de poliuretano (PU) com laudo de densidade de 42kg/m3; Fibra branca antimicrobiana; Portas tipo caixote ou independente revestida na traseira; Soleira em alumínio corrugado; Cantoneiras em fibra de 3mm; Caixas de rodas em fibra reforçada internamente de PU; Dreno de escoamento d'água; Tapa de manutenção das lanternas traseiras e iluminação em LED. (o baú poderá ser adaptado ao veículo) CATMAT: 469992	UND	01	R\$198.754,90	R\$198.754,90

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
08	Micro-ônibus Escolar: com comprimento total máximo de 7.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 1.500 kg, com capacidade mínima de 29 (vinte e nove) estudantes sentados, mais o condutor, com duas portas e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. CATMAT 613274	UND	05	R\$612.067,70	R\$3.060.338,50

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
09	Ônibus Rural Escolar – ORE 3: ônibus com comprimento total máximo de 11.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 4.000 kg, com capacidade mínima de 59 (cinquenta e nove) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. CATMAT 613276	UND	04	R\$711.116,98	R\$2.844.467,92

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
10	Veículo utilitário leve, tipo picape, motorização 1.3 flex (etanol/gasolina), motorização 13,6 kgf.m (etanol) e 13,1 kgf.m (gasolina), câmbio manual de 5 marchas, tração dianteira, direção elétrica, capacidade para 02 ocupantes, ar condicionado, rodas de aço estampado com no mínimo 5.5 x 14" + Pneu 175/70 R14 (Baixa resistência a rolagem), com compartimento traseiro fechado e capacidade mínima de carga de 600 kg, destinado ao transporte de cargas leves. CATMAT 300809	UND	02	R\$126.416,00	R\$252.832,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
11	Veículo utilitário leve tipo picape, motorização 1.3 flex (etanol/gasolina), motorização 13,6 kgf.m (etanol) e 13,1 kgf.m (gasolina), câmbio manual de 5 marchas, tração dianteira, direção elétrica, capacidade para 02 ocupantes, ar condicionado, rodas de aço estampado com no mínimo 5.5 x 14" + Pneu 175/70 R14 (Baixa resistência a rolagem), com compartimento traseiro aberto e capacidade mínima de carga de 600 kg, destinado ao transporte de cargas leves. CATMAT 300809	UND	02	R\$114.943,00	R\$229.886,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
12	Veículo tipo motocicleta zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2026, cor: branca. Destinada ao uso urbano e rural, devendo: Possuir as seguintes especificações mínimas: motor monocilíndrico, 4 tempos, cilindrada mínima de 155 cc, com arrefecimento a ar; sistema de partida Elétrica e transmissão manual de no mínimo, 5 marchas; sistema de freios com disco dianteiro e traseiro; suspensão dianteira e traseira; rodas com medidas mínimas de 19" (dianteira) e 17" (traseira); tanque de combustível com capacidade mínima de 12 litros; painel de instrumentos digital completo, contendo velocímetro, Hodômetro e marcador de combustível; capacidade para transporte de dois ocupantes; consumo médio de combustível Igual ou superior a 30 km/l; características de robustez e economia, adequadas para utilização em estradas pavimentadas e não pavimentadas. Garantia mínima de 12 meses. CATMAT: 214931	UND	04	R\$23.830,00	R\$95.320,00

9.2. Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do bem a ser adquirido, nas seguintes situações:

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

9.2.4. Serão reajustados os preços contratados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.5. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0817/0716

PRO. ATIV.: 2016/1014/2040/2037

ELEMENTO: 4.4.90.52.00 - Equipamento e Material Permanente

FONTE: 1500/1601/1542

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Este Termo de Referência é parte complementar do Processo de contratação e possui como apêndice, o Estudo Técnico Preliminar.

Biritinga, 30 de abril de 2026.


COSME NILTON OLIVEIRA CRUZ
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

APENDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento do objeto que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o futuro processo de contratação.

Neste contexto, o presente ETP constitui-se no documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de eventual contratação que caracteriza a necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, soluções, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao futuro termo de referência, caso se conclua pela viabilidade da contratação. A elaboração deste ETP procura evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação nos termos da legislação vigente.

OBJETO: A aquisição de veículos para atender as demandas do Fundo Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Saúde do Município de Biritinga-Bahia.

Fundamentação: O presente Estudo Técnico Preliminar foi realizado em consonância com o disposto no art. 6º, inciso XX e ainda em conformidade com o art. 18, I, Parágrafo § 1º e § 2º da Lei 14.133/2021

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA

A presente aquisição de veículos destina-se a atender às demandas operacionais, administrativas e logísticas da Secretaria Municipal de Educação e de Saúde do Município de Biritinga/BA, visando garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos educacionais, bem como o adequado suporte às unidades escolares da rede municipal de ensino.

O Município possui extensa área territorial, com escolas distribuídas tanto na zona urbana quanto na zona rural, o que exige deslocamentos frequentes de servidores, gestores, equipes técnicas, materiais pedagógicos e, especialmente, o transporte e a distribuição regular da merenda escolar. Dessa forma, a disponibilização de frota própria, adequada e diversificada, mostra-se imprescindível para assegurar o pleno funcionamento das atividades educacionais.

- ✓ Veículo Mini Van – 07 lugares

Justifica-se a aquisição da mini van de 07 lugares para atender ao transporte de equipes pedagógicas, técnicas e administrativas da Secretaria de Educação e de Saúde, em deslocamentos para acompanhamento escolar, reuniões, formações continuadas, visitas técnicas e apoio às unidades de ensino. Trata-se de veículo com maior capacidade de passageiros, proporcionando conforto, segurança e economia em relação ao uso de múltiplos veículos de menor porte.

- ✓ Veículo Hatch – 05 lugares motor 1.0.

O veículo hatch de 05 lugares destina-se ao atendimento das demandas administrativas rotineiras das Secretarias de Educação e de Saúde, como deslocamento de servidores para atividades internas, entrega e coleta de documentos, apoio logístico e atendimento a demandas emergenciais. Sua aquisição contribui para maior agilidade, redução de custos operacionais e otimização do uso da frota pública.

- ✓ Veículo Hatch – 05 lugares motor 1.3.

O veículo hatch de 05 lugares cambio mecânico, destina-se ao atendimento das demandas administrativas rotineiras da Secretaria, como deslocamento de servidores para atividades internas, entrega e coleta de documentos, apoio logístico e atendimento a demandas emergenciais. Sua aquisição contribui para maior agilidade, redução de custos operacionais e otimização do uso da frota pública.

- ✓ Veículo Hatch – 05 lugares motor 1.3.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA

ESTADO DA BAHIA

O veículo hatch de 05 lugares câmbio automático, destina-se ao atendimento das demandas administrativas rotineiras da Secretaria, como deslocamento de servidores para atividades internas, entrega e coleta de documentos, apoio logístico e atendimento a demandas emergenciais. Sua aquisição contribui para maior agilidade, redução de custos operacionais e otimização do uso da frota pública.

- ✓ Veículo utilitário – cabine simples motor 1.3. – Com baú

O veículo utilitário, cabine simples motor 1.3, com baú destina-se ao atendimento das demandas administrativas rotineiras da Secretaria, transporte de merenda, materiais diversos entre outros, entrega e coleta de documentos, apoio logístico e atendimento a demandas emergenciais. Sua aquisição contribui para maior agilidade, redução de custos operacionais e otimização do uso da frota pública.

- ✓ Caminhonete Cabine Simples

A caminhonete cabine simples é necessária para o transporte de materiais diversos, mobiliários, equipamentos escolares, materiais de manutenção e apoio às escolas, especialmente aquelas localizadas na zona rural, onde há maior dificuldade de acesso. Este tipo de veículo apresenta robustez e capacidade de carga compatíveis com as necessidades operacionais da Secretaria de Educação.

- ✓ Caminhonete Cabine Dupla

A caminhonete cabine dupla é necessária para o transporte de pessoas, materiais diversos, materiais de manutenção e apoio às escolas, especialmente aquelas localizadas na zona rural, onde há maior dificuldade de acesso. Este tipo de veículo apresenta robustez e capacidade de carga compatíveis com as necessidades operacionais da Secretaria de Educação.

- ✓ Van – 16 lugares

A van para 16 lugares justifica-se pela necessidade de transporte coletivo de servidores, equipes pedagógicas, alunos em atividades educacionais específicas, eventos, formações, visitas técnicas e ações institucionais promovidas pela Secretaria de Educação. O veículo garante maior eficiência logística, segurança no transporte de passageiros e redução de custos com locações ou deslocamentos terceirizados.

- ✓ Caminhoneta Baú Refrigerada – Merenda Escolar

A aquisição de caminhoneta com baú refrigerado é essencial para assegurar o transporte adequado da merenda escolar, especialmente de gêneros alimentícios perecíveis, garantindo o cumprimento das normas sanitárias e de segurança alimentar. Este veículo contribui diretamente para a preservação da qualidade dos alimentos, evitando perdas, desperdícios e riscos à saúde dos alunos, além de assegurar a regularidade no abastecimento das unidades escolares.

- ✓ Micro-ônibus

O micro-ônibus apresenta-se como solução adequada para rotas de média demanda, permitindo maior flexibilidade operacional, melhor aproveitamento da capacidade de transporte e eficiência logística, especialmente em trajetos que exigem veículos de menor porte, sem prejuízo à segurança e ao conforto dos estudantes.

- ✓ Ônibus escolar ORE 3

Por sua vez o ORE 3, atende às rotas de maior demanda e longas distâncias, especialmente na zona rural, estando em conformidade com os padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelo Programa Caminho da Escola. Sua utilização assegura acessibilidade, robustez, conforto e maior capacidade de passageiros, adequando-se às condições das estradas vicinais e garantindo a continuidade do transporte escolar com regularidade e qualidade.

- ✓ Motocicleta

As motocicletas apresentam baixo custo de aquisição, manutenção e consumo de combustível, quando comparadas a veículos de maior porte, tornando-se uma alternativa eficiente e econômica para o atendimento das demandas operacionais das Secretarias interessadas. Dessa forma, a aquisição das motocicletas visa fortalecer a mobilidade institucional, ampliar a eficiência dos serviços públicos e garantir maior presença das equipes técnicas nas comunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados nas áreas de saúde e educação no Município de Biritinga.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

Ademais, a aquisição desses veículos contribui para a redução de custos operacionais, ao diminuir despesas com locação, manutenções corretivas frequentes e uso de veículos inadequados, promovendo maior economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação e de Saúde às diretrizes da administração pública, assegurando melhores condições de mobilidade aos estudantes, fortalecimento da política educacional e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

3. DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Em que pese o Município ainda não ter concluído seu Plano Anual de Contratações, a contratação pretendida está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentária e na Lei Orçamentária Anual do Município de Biritinga, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

4. DA UNIDADE DEMANDANTE E RESPONSÁVEL

A presente demanda está sendo solicitada pela Secretaria Municipal de Educação.

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Educação	PRISCILA BRITO DE SOUZA LIMA
Secretaria Municipal de Saúde	DANIEL CERQUEIRA DO NASCIMENTO

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

As quantidades foram definidas com base no levantamento das necessidades operacionais e na insuficiência da frota atual, conforme Documento de Formalização da Demanda que estabeleceu os itens a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNID
01	Veículo, com motorização mínima 1.8, bicombustível (gasolina e etanol), zero km, ano de fabricação e modelo 2026 ou superior; capacidade para no mínimo 7 pessoas, incluindo o motorista; cor sólida branca; transmissão manual de 5 marchas à frente no mínimo e 1 à ré; direção hidráulica ou superior; ar condicionado; 1.700 cilindradas no mínimo, potência mínima de 125cv com gasolina e 130cv com etanol; rodas em aço com no mínimo R15" (polegadas), com calotas integrais ou superior; freios dianteiros a disco e traseiro a tambor; a configuração de portas deverá apresentar portas laterais e traseira; painel de instrumentos com conta giros, velocímetro, odômetro e marcador do nível de combustível para-choques na cor do veículo; com jogo de tapetes alarme original de fábrica ou original do fabricante do equipamento, com garantia de no mínimo 12 (doze) meses; película de proteção solar instalada; equipamento de som com rádio AM/FM, CD e MP3 ou superior, instalado de fábrica ou original do fabricante do equipamento, com garantia mínima de 12 (doze), incluindo-se caixas de som. Incluindo ainda todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e demais itens de série do veículo. Garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses para o veículo, sem limite de quilometragem, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante e/ou licitante. CATMAT 466202	UND	08
02	VEÍCULO TIPO HATCH, novo, 0 km / configuração mínima: ano/modelo 2026 / Motor 1.0, com 04 (quatro) cilindros, com no mínimo 70 (G) / 73 (E) cavalos / Flex / Câmbio manual de 05 (cinco) marchas à frente e uma marcha à ré / Direção elétrica / Ar condicionado / Capacidade de 5 passageiros / 4 portas / Cor predominante carroceria: branca / porta malas capacidade mínima de 210 litros / largura mínima do veículo 1640 / vidros elétricos (no mínimo dianteiros) travas elétricas nas 4 portas / volante com regulagem de altura / Aro mínimo R14, com estepe / Tanque de combustível com capacidade mínima de 45 litros / Airbag duplo / Limpador e lavador dos vidros dianteiros / Central multimídia com no mínimo tela de 8,4" touchscreen, Apple Car Play e Android Auto wireless, Comandos de Voz, Bluetooth, MP3, Rádio AM/FM, Entrada Auxiliar, Porta USB (2): USB Tipo A e Tipo C. Contendo todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses. CATMAT: 459806	UND	08
03	VEÍCULO TIPO HATCH, novo, 0 km / configuração mínima: ano/modelo 2025/2026 / Motor 1.3, com 04 (quatro) cilindros, com no mínimo 106 cv (etanol) / 97 cv (gasolina) / Flex / Câmbio manual de 05 (cinco) marchas à frente e uma marcha à ré / Direção elétrica / Ar condicionado / Capacidade de 5 passageiros / 4 portas / Cor predominante carroceria: branca / porta malas capacidade mínima de 360 litros / largura mínima do veículo 1740 / vidros elétricos (no mínimo dianteiros) travas elétricas nas 4 portas / volante com regulagem de altura / Aro mínimo R15, com estepe / Tanque de combustível com capacidade mínima de 47 litros / Airbag duplo / Limpador e lavador dos vidros dianteiros / Central multimídia com no mínimo tela de 8,4" touchscreen, Apple Car Play e Android Auto wireless, Comandos de Voz, Bluetooth, MP3, Rádio AM/FM, Entrada Auxiliar, Porta USB (2): USB Tipo A e Tipo C. Contendo todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses. CATMAT: 256392	UND	02



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

04	VEÍCULO TIPO HATCH, novo, 0 km / configuração mínima: ano/modelo 2026 / Motor 1.3, com 04 (quatro) cilindros, com no mínimo 106 cv (etanol) / 97 cv (gasolina). / Flex / Câmbio automático de 05 (cinco) marchas à frente e uma marcha à ré / Direção elétrica / Ar condicionado / Capacidade de 5 passageiros / 4 portas / Cor predominante carroceria: branca / porta malas capacidade mínima de 360 litros / largura mínima do veículo 1740 / vidros elétricos (no mínimo dianteiros) travas elétricas nas 4 portas / volante com regulagem de altura / Aro mínimo R15, com estepe / Tanque de combustível com capacidade mínima de 47 litros / Airbag duplo / Limpador e lavador dos vidros dianteiros / Central multimídia com no mínimo tela de 8,4" touchscreen, Apple Car Play e Android Auto wireless, Comandos de Voz, Bluetooth, MP3, Rádio AM/FM, Entrada Auxiliar, Porta USB (2): USB Tipo A e Tipo C. Contendo todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses. CATMAT: 459806	UND	01
05	Veículo Transporte: Aplicação: Passageiro e Carga, Tipo: Camioneta, Capacidade Transporte Passageiros: 2 UN, Tração: 4 X 4, Combustível: Óleo Diesel, Capacidade Tanque Combustível: Mínima 70 L, Cor: Branca, Quantidade Portas: 02 UN, Características Adicionais: Capacidade mínima de carga 1.000 Kg, Motor 2.8L mínimo, Cilindrada mínima 2.755 cm³, Transmissão Manual de 6 velocidades, Pneus aro no mínimo R16, Comprimento mínimo de 4.900 mm, Largura mínima sem espelho retrovisor 1.700 mm, Altura mínima 1.700 mm, distância mínima entre eixos 3.000 mm; Peso bruto total mínimo de 2.900 Kg, Peso bruto total combinado mínimo de 6.450 Kg, dimensões mínimas da Caçamba (Comprimento 2.200 mm, Largura 1.500 mm, Altura 470 mm), central multimídia. Conter os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses. CATMAT: 320755	UND	01
06	Veículo Transporte Pessoal Tipo: Van, Motor: no mínimo 2.2 L. Potência Motor: mínimo de 129 CV. Combustível: Óleo Diesel, Cor: Branca, Tipo Câmbio: Manual, Direção: Hidráulica, 02 Portas Dianteiras/01 Porta Lateral e 01 porta traseira. Capacidade: 16 pessoas (15+1). Dimensões: Teto Alto, comprimento total mínimo de 6.000 mm a 5.900 mm, entre eixos mínimas de 4.000 mm. Características Adicionais: Ar Condicionado, Direção Hidráulica, Trava Elétrica. Central multimídia. Conter os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses CATMAT: 392963	UND	04
07	Veículo Utilitário Tipo Motor: Diesel, Capacidade Passageiro: 3, Tipo Direção: Hidráulica, ou hidráulica/elétrica, ou elétrica. Tipo Tração: 4x2, Carga Útil: mínima de 1.300 KG, Tipo Refrigeração: Ar Condicionado, Tipo Freio: Abs, Características Adicionais: Garantia Mínima De 1 Ano, Carga Útil Mínima: 1.300 KG, Capacidade Tanque Combustível: mínimo de 60 L, Transmissão: 6 Marchas A Frente E 1 Ré, Modelo: 0 Km, Fabricação: Nacional, Cor: Branca, Potência Motor: mínima de 130 C. Opcionais: Baú Isotérmico Refrigerado com no mínimo: Isolamento isotérmico de poliuretano (PU) com laudo de densidade de 42kg/m³; Fibra branca antimicrobiana; Portas tipo caixote ou independente revestida na traseira; Soleira em alumínio corrugado; Cantoneiras em fibra de 3mm; Caixas de rodas em fibra reforçada internamente de PU; Dreno de escoamento d'água; Tampa de manutenção das lanternas traseiras e iluminação em LED. (o baú poderá ser adaptado ao veículo) CATMAT: 469992	UND	01
08	Micro-ônibus Escolar: com comprimento total máximo de 7.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 1.500 kg, com capacidade mínima de 29 (vinte e nove) estudantes sentados, mais o condutor, com duas portas e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. CATMAT 613274	UND	05
09	Ônibus Rural Escolar – ORE 3: ônibus com comprimento total máximo de 11.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 4.000 kg, com capacidade mínima de 59 (cinquenta e nove) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. CATMAT 613276	UND	04
10	Veículo utilitário leve, tipo picape, motorização 1.3 flex (etanol/gasolina), motorização 13,6 kgf.m (etanol) e 13,1 kgf.m (gasolina), câmbio manual de 5 marchas, tração dianteira, direção elétrica, capacidade para 02 ocupantes, ar condicionado, rodas de aço estampado com no mínimo 5.5 x 14" + Pneus 175/70 R14 (Baixa resistência a rolagem), com compartimento traseiro fechado e capacidade mínima de carga de 600 kg, destinado ao transporte de cargas leves. CATMAT 300809	UND	02
11	Veículo utilitário leve tipo picape, motorização 1.3 flex (etanol/gasolina), motorização 13,6 kgf.m (etanol) e 13,1 kgf.m (gasolina), câmbio manual de 5 marchas, tração dianteira, direção elétrica, capacidade para 02 ocupantes, ar condicionado, rodas de aço estampado com no mínimo 5.5 x 14" + Pneus 175/70 R14 (Baixa resistência a rolagem), com compartimento traseiro aberto e capacidade mínima de carga de 600 kg, destinado ao transporte de cargas leves. CATMAT 300809	UND	02
12	Veículo tipo motocicleta zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2026, cor: branca. Destinada ao uso urbano e rural, devendo: Possuir as seguintes especificações mínimas: motor monocilíndrico, 4 tempos, cilindrada mínima de 155 cc, com arrefecimento a ar; sistema de partida Elétrica e transmissão manual de no mínimo, 5 marchas; sistema de freios com disco dianteiro e traseiro; suspensão dianteira e traseira; rodas com medidas mínimas de 19" (dianteira) e 17" (traseira); tanque de combustível com capacidade mínima de 12 litros; painel de instrumentos digital completo, contendo velocímetro, Hodômetro e marcador de combustível; capacidade para transporte de dois ocupantes; consumo médio de combustível Igual ou superior a 30 km/l; características de robustez e economia, adequadas para utilização em estradas pavimentadas e não pavimentadas. Garantia mínima de 12 meses. CATMAT: 250897	UND	04



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA ESTADO DA BAHIA

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com base nos requisitos definidos, descrição dos itens e quantidades informadas, foram realizados levantamentos para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades desta Secretaria.

Das soluções:

Solução 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

Solução 2 - Realizar licitação própria, adotando-se o procedimento auxiliar para Registro de Preços.

Da análise:

Solução 1 – Após diversas consultas ao Portal do PNCP, não foi identificada ata de registro de preços disponível, que atendessem aos requisitos legais para formalização de adesão, e ainda que contemplasse todos os itens com seus descritivos e quantitativos.

Solução 2 – Por não haver outra forma, a única possível e mais viável para esta Administração Municipal a solução mais vantajosa consiste na aquisição por meio de Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preços, permitindo contratações conforme a necessidade, garantindo economicidade, eficiência e flexibilidade na gestão da frota. E neste contexto será utilizado o procedimento auxiliar para Registro de Preços, pois os veículos poderão adquiridos no decorrer do período de 12 meses.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Dadas as soluções possíveis e disponíveis com o levantamento de mercado a aquisição dos itens inerentes a este estudo, conclui-se que a mais adequada do ponto de vista da legislação e do interesse deste Município e visando o atendimento das prerrogativas necessárias, será a aquisição de veículos, por meio de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, pois esta configura-se como a solução que se apresenta mais adequada, pois os itens serão adquiridos de forma parcelada.

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

8. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Recebimento dos veículos.

No recebimento dos veículos o Município poderá realizar testes operacionais, para poder caso necessário verificar as características próprias de cada veículo.

Caso ocorra rejeição, os veículos deverão ser substituídos pelo vencedor do certame em no máximo 30 (trinta) dias corridos, a partir da data do comunicado formal de rejeição.

Os veículos deverão ser entregues acompanhado da Nota Fiscal correspondente e dos documentos de regularidade fiscal estabelecidos neste Termo de Referência.

A Nota Fiscal correspondente será certificada, somente após a verificação do perfeito funcionamento dos veículos e a entrega da documentação técnica completa. A partir dessa data, iniciará a contagem do período de garantia.

Do fornecimento

O fornecimento dos veículos ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e de Saúde do Município de Biritinga/BA, mediante ordem de fornecimento emitida pela Administração, respeitados os quantitativos, especificações técnicas e prazos estabelecidos no instrumento contratual.

Cada parcela corresponderá à entrega de um ou mais veículos, de acordo com o cronograma definido pela Administração, observado o prazo máximo de entrega a contar da emissão da respectiva ordem de fornecimento.

O Prazo de entrega será de 30 (trinta) dias a partir da emissão da ordem de fornecimento e ciência do fornecedor.

Este prazo poderá ser prorrogado, desde que sua prorrogação seja solicitada antes do vencimento do prazo inicial e o Município concorde os motivos da solicitação.

Os veículos deverão ser novos, zero quilômetro, sem uso anterior, e em perfeitas condições de funcionamento, com fabricação do ano corrente ou, no máximo, do ano imediatamente anterior à data da entrega, desde que não tenham sido emplacados, licenciados ou utilizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA ESTADO DA BAHIA

A entrega deverá ser realizada no local indicado pela Secretaria Municipal de Administração, ficando sob responsabilidade da contratada todos os custos relacionados ao transporte, seguro, carga e descarga.

Os veículos deverão ser entregues emplacados, licenciados, acompanhados de toda a documentação obrigatória, manuais, garantia de fábrica, chave reserva e demais itens exigidos pela legislação de trânsito vigente.

O recebimento dos veículos dar-se-á inicialmente de forma provisória, para conferência e verificação da conformidade com as especificações contratuais, e, posteriormente, de forma definitiva, após a constatação do atendimento integral às condições pactuadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A entrega dos veículos objeto deste ETP deverá ser feita no prazo de até 30 (trinta) dias, na sede da Prefeitura Municipal de Biritinga, correndo por conta da Contratada todas as despesas, bem como, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem no fornecimento.

O prazo de entrega poderá ser prorrogado, para tanto, será necessário a solicitação da Empresa contratada com as devidas justificativas, e o devido aceite do Município.

Por ocasião da entrega, a(s) Contratada(s) deverá colher, no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura do servidor da área competente do Município de Biritinga responsável pelo recebimento.

O Município de Biritinga se reserva o direito de rejeitar os veículos, caso a entrega seja feita em desacordo com o descrito neste ETP.

Garantia e assistência técnica

Garantia mínima de fábrica, sem limite de quilometragem, para motor, câmbio e ar-condicionado de 01 ano e garantia mínima contra corrosão de 2 anos, contados a partir do recebimento definitivo do veículo. A assistência será prestada pela contratada, ou através de designação de concessionária autorizada que esteja localizada no Estado da Bahia de preferência em cidades próximas;

A Assistência englobará toda a manutenção preventiva, durante o prazo de garantia, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas, a fim de manter os veículos em perfeitas condições de uso;

Compreende-se a manutenção preventiva, para os fins a que se destina este Termo, aquela destinada a recompor os veículos em virtude do desgaste apresentado ao longo do período da garantia, incluindo a reposição de peças e ajustes nos veículos, a ser realizada conforme tabelas de serviços, valores e periodicidades constantes na proposta da contratada apresentada no procedimento licitatório que originou o Contrato;

A Assistência Técnica utilizará apenas peças e componentes originais;

Ao acionar os serviços de Assistência Técnica deverá CONTRATADA apresentar relatório de diagnóstico, no prazo máximo de 48 horas, referente ao(s) defeito(s) encontrado(s), bem como indicar os prazos necessários para a conclusão do(s) serviço(s) e da liberação dos veículos.

Arcar com todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com socorro mecânico, reboque e eventual deslocamento de técnicos, enquanto perdurar a vigência da garantia oferecida pela contratada, de acordo com o manual de garantia;

Sustentabilidade

Devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. A busca por soluções sustentáveis tem se tornado uma prioridade em diversas áreas, inclusive na gestão pública. A Secretaria Municipal de Educação tem um papel crucial na promoção do bem-estar e na garantia de acesso a serviços de qualidade, especialmente para grupos mais vulneráveis. A sustentabilidade nessa aquisição pode ser demonstrada através de diversos aspectos, entre eles:

Adoção de Tecnologias Verdes: Optar por veículos com tecnologias verdes, como motores elétricos ou híbridos, pode reduzir significativamente as emissões de gases poluentes e a pegada de carbono do veículo. Além disso, a busca por modelos com baixo consumo de combustível contribuirá para a economia de recursos naturais e redução dos custos operacionais a longo prazo.

Eficiência Energética: Escolher veículos com alta eficiência energética permitirá que a Secretaria Municipal de Educação otimize o consumo de combustível durante os deslocamentos, minimizando o impacto ambiental e economizando recursos financeiros.

Acessibilidade para a Mobilidade Sustentável: Ao adquirir veículos, é fundamental considerar a disponibilidade de estrutura de acessibilidade, como rampas retráteis ou elevadores para cadeiras de rodas quando a disponibilidade orçamentária puder adquirir com tais adaptações.

Manutenção e Conservação: Estabelecer um plano de manutenção regular para os veículos são essenciais para garantir sua longevidade e desempenho otimizado. A conservação adequada dos veículos



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

contribui para a redução do consumo de recursos naturais e também para evitar o descarte prematuro, promovendo o consumo consciente e evitando desperdícios.

Educação e Conscientização: A aquisição dos veículos pode ser uma oportunidade para promover a conscientização sobre a sustentabilidade junto aos funcionários da Secretaria Municipal de Educação, à equipe de motoristas, servidores, alunos, equipes pedagógicas, funcionários, entre outras que se destina. Ações de treinamento e educação sobre práticas sustentáveis de condução e utilização dos veículos podem ser implementadas para maximizar os impactos positivos.

A aquisição dos veículos para as Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, pode ser planejada e executada com foco na sustentabilidade. Ao priorizar tecnologias verdes, eficiência energética, acessibilidade, manutenção adequada, a secretaria estará dando um importante passo em direção a uma gestão mais sustentável e comprometida com o bem-estar dos usuários que necessitam dos serviços ofertados e que dependem do(s) veículo(s) adquirido(s), bem como, do meio ambiente.

Investir em soluções sustentáveis é um legado que beneficia as gerações presentes e futuras, tornando as cidades mais resilientes, inclusivas e saudáveis. Com essa iniciativa, a Secretaria Municipal de Educação estará contribuindo para uma sociedade mais consciente e responsável, sendo um exemplo para outras instituições e setores.

Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

Na presente contratação será necessária na apresentação da proposta a indicação de marca devido a natureza dos bens permanentes a serem adquiridos.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, exceto no caso de concessionárias e revendas da marca dos veículos.

Classificação dos bens comuns:

O bem a ser adquirido apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos neste ETP, por meio de especificações usuais no mercado, enquadrando-se na classificação de bem comum, conforme apregoam os normativos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133)

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

No que tange ao levantamento de mercado, em observância ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 regedora dos procedimentos licitatórios buscou-se no Portal do Governo Federal disponível em:

<https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/>, conforme levantamento de preços juntado a este ETP, e em consulta realizada no portal do PNCP em: <https://pncp.gov.br/app/contratos?pagina=1>, conforme citado abaixo e ainda em levantamento junto aos sites oficiais de fabricantes e revendedores de veículos. Por fim, para compor e instruir a estimativa do valor da contratação de forma mais completa, estima-se para a contratação almejada o valor por item conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$	CT 08/2025 MUNICÍPIO DE GLÓRIA - BA	SITE DA CHEVROLET	https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/
01	Veículo, com motorização mínima 1.8, bicombustível (gasolina e etanol), zero km, ano de fabricação e modelo 2025/2026 ou superior; capacidade para no mínimo 7 pessoas, incluindo o motorista; cor sólida branca; transmissão manual de 5 marchas à frente no mínimo e 1 à ré; direção hidráulica ou superior; ar condicionado; 1.700 cilindradas no mínimo, potência mínima de 125cv com gasolina e 130cv com etanol; rodas em aço com no mínimo R15" (polegadas), com calotas integrais ou superior; freios dianteiros a disco e traseiro a tambor; a configuração de portas deverá apresentar portas laterais e traseira; painel de instrumentos com conta giros, velocímetro, odômetro e marcador do nível de combustível para-choques na cor do veículo; com jogo de tapetes alarme original de fábrica ou original do fabricante do equipamento, com garantia de no mínimo 12 (doze) meses; película de proteção solar instalada; equipamento de som com rádio AM/FM, CD e MP3 ou superior, instalado de fábrica ou original do fabricante do equipamento, com garantia mínima de 12 (doze), incluindo-se caixas de som. Incluindo ainda todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e demais itens de série do veículo. Garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses para o veículo, sem limite de quilometragem, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante e/ou licitante. CATMAT 466202	UND	8	R\$149.415,00	R\$1.195.320,00	R\$153.500,00	R\$144.900,00	R\$149.845,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$	CT. 13/2025 CÂMARA DE IRAMAIA - BA	SITE DA FIAT	https://pespreco.estaleiro.serpro.gov.br/
02	VEICULO TIPO HATCH, novo, 0 km / configuração mínima: ano/modelo 2026 / Motor 1.0, com 04 (quatro) cilindros, com no mínimo 70 (G) / 73 (E) cavalos / Flex / Câmbio manual de 05 (cinco) marchas à frente e uma marcha à ré / Direção elétrica / Ar condicionado / Capacidade de 5 passageiros / 4 portas / Cor predominante carroceria: branca / porta malas capacidade mínima de 210 litros / largura mínima do veículo 1640 / vidros elétricos (no mínimo dianteiros) travas elétricas nas 4 portas / volante com regulagem de altura / Aro mínimo R14, com estepe / Tanque de combustível com capacidade mínima de 45 litros / Airbag duplo / Limpador e lavador dos vidros dianteiros / Central multimídia com no mínimo tela de 8,4" touchscreen, Apple Car Play e Android Auto wireless, Comandos de Voz, Bluetooth, MP3, Rádio AM/FM, Entrada Auxiliar, Porta USB (2): USB Tipo A e Tipo C. Contendo todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses. CATMAT: 459806	UND	08	R\$85.591,66	R\$684.733,28	R\$79.500,00	R\$83.350,00	R\$93.925,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 49/2025 CODEVASF	SITE DA FIAT	https://pespreco.estaleiro.serpro.gov.br/
03	VEICULO TIPO HATCH, novo, 0 km / configuração mínima: ano/modelo 2025/2026 / Motor 1.3, com 04 (quatro) cilindros, com no mínimo 106 cv (etanol) / 97 cv (gasolina). / Flex / Câmbio manual de 05 (cinco) marchas à frente e uma marcha à ré / Direção elétrica / Ar condicionado / Capacidade de 5 passageiros / 4 portas / Cor predominante carroceria: branca / porta malas capacidade mínima de 360 litros / largura mínima do veículo 1740 / vidros elétricos (no mínimo dianteiros) travas elétricas nas 4 portas / volante com regulagem de altura / Aro mínimo R15, com estepe / Tanque de combustível com capacidade mínima de 47 litros / Airbag duplo / Limpador e lavador dos vidros dianteiros / Central multimídia com no mínimo tela de 8,4" touchscreen, Apple Car Play e Android Auto wireless, Comandos de Voz, Bluetooth, MP3, Rádio AM/FM, Entrada Auxiliar, Porta USB (2): USB Tipo A e Tipo C. Contendo todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses. CATMAT: 256392	UND	02	R\$102.106,30	R\$204.212,60	R\$106.444,00	R\$103.980,00	R\$95.895,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$	SITE DA CHEVROLET	SITE DA FIAT	https://pespreco.estaleiro.serpro.gov.br/
04	VEÍCULO TIPO HATCH, novo, 0 km / configuração mínima: ano/modelo 2026 / Motor 1.3, com 04 (quatro) cilindros, com no mínimo 106 cv (etanol) / 97 cv (gasolina). / Flex / Câmbio automático de 05 (cinco) marchas à frente e uma marcha à ré / Direção elétrica / Ar condicionado / Capacidade de 5 passageiros / 4 portas / Cor predominante carroceria: branca / porta malas capacidade mínima de 360 litros / largura mínima do veículo 1740 / vidros elétricos (no mínimo dianteiros) travas elétricas nas 4 portas / volante com regulagem de altura / Aro mínimo R15, com estepe / Tanque de combustível com capacidade mínima de 47 litros / Airbag duplo / Limpador e lavador dos vidros dianteiros / Central multimídia com no mínimo tela de 8,4" touchscreen, Apple Car Play e Android Auto wireless, Comandos de Voz, Bluetooth, MP3, Rádio AM/FM, Entrada Auxiliar, Porta USB (2): USB Tipo A e Tipo C. Contendo todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses. CATMAT: 459806	UND	01	R\$116.306,60	R\$116.306,60	R\$115.940,00	R\$115.980,00	R\$117.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$	CT. 336/2025 MUNICÍPIO DE LUIS ED. MAGALHÃES - BA	CT 82/2025 MUNICÍPIO DE ANGICAL - BA	https://pespreco.estaleiro.serpro.gov.br/
05	Veículo Transporte: Aplicação: Passageiro e Carga, Tipo: Camioneta, Capacidade Transporte Passageiros: 2 UN, Tração: 4 X 4, Combustível: Óleo Diesel, Capacidade Tanque Combustível: Mínima 70 L, Cor: Branca, Quantidade Portas: 02 UN, Características Adicionais: Capacidade mínima de carga 1.000 Kg, Motor 2.8L mínimo, Cilindrada mínima 2.755 cm³, Transmissão	UND	02	R\$257.333,30	R\$514.666,60	R\$246.000,00	R\$274.000,00	R\$252.000,00

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

	Manual de 6 velocidades, Pneus aro no mínimo R16, Comprimento mínimo de 4.900 mm, Largura mínima sem espelho retrovisor 1.700 mm, Altura mínima 1.700 mm, distância mínima entre eixos 3.000 mm; Peso bruto total mínimo de 2.900 Kg, Peso bruto total combinado mínimo de 6.450 Kg, dimensões mínimas da Caçamba (Comprimento 2.200 mm, Largura 1.500 mm, Altura 470 mm), central multimídia. Conter os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses. CATMAT: 320755							
--	--	--	--	--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$	SITE DA RENAULT	SITE DA FIAT	https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/
06	Veículo Transporte Pessoal Tipo: Van, Motor: no mínimo 2.2 L. Potência Motor: mínimo de 129 CV. Combustível: Óleo Diesel, Cor: Branca, Tipo Câmbio: Manual, Direção: Hidráulica, 02 Portas Dianteiras/01 Porta Lateral e 01 porta traseira. Capacidade: 16 pessoas (15+1). Dimensões: Teto Alto, comprimento total mínimo de 6.000 mm a 5.900 mm, entre eixos mínimas de 4.000 mm. Características Adicionais: Ar Condicionado, Direção Hidráulica, Trava Elétrica. Central multimídia. Conter os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, bem como os equipamentos de série/segurança não especificados / Garantia de fábrica mínima 12 (doze) meses CATMAT: 392963	UND	04	R\$347.876,60	R\$1.391.506,40	R\$321.690,00	R\$384.990,00	R\$336.950,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$	SITE DA KIA VEÍCULOS	PNCP CT 114/ 2025 MUN. CAMPINA GRANDE DO SUL	https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/
07	Veículo Utilitário Tipo Motor: Diesel, Capacidade Passageiro: 3, Tipo Direção: Hidráulica, ou hidráulica/elétrica, ou elétrica. Tipo Tração: 4x2, Carga Útil: mínima de 1.300 KG, Tipo Refrigeração: Ar Condicionado, Tipo Freio: Abs, Características Adicionais: Garantia Mínima De 1 Ano, Carga Útil Mínima: 1.300 KG, Capacidade Tanque Combustível: mínimo de 60 L, Transmissão: 6 Marchas A Frente E 1 Ré, Modelo: 0 Km, Fabricação: Nacional, Cor: Branca, Potência Motor: mínima de 130 C. Opcionais: Baú Isotérmico Refrigerado com no mínimo: Isolamento isotérmico de poliuretano (PU) com laudo de densidade de 42kg/m3; Fibra branca antimicrobiana; Portas tipo caixote ou independente revestida na traseira; Soleira em alumínio corrugado; Cantoneiras em fibra de 3mm; Caixas de rodas em fibra reforçada internamente de PU; Dreno de escoamento d'água; Tampa de manutenção das lanternas traseiras e iluminação em LED. (o baú poderá ser adaptado ao veículo) CATMAT: 469992	UND	01	R\$198.754,90	R\$198.754,90	R\$179.990,00	R\$214.999,99	R\$201.275,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$	PNCP CT 119/2025 MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA	PNCP CT 20/2026 MUNICÍPIO DE IGUAÇAMA - MG	https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/
08	Micro-ônibus Escolar: com comprimento total máximo de 7.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 1.500 kg, com capacidade mínima de 29 (vinte e nove) estudantes sentados, mais o condutor, com duas portas e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. CATMAT 613274	UND	05	R\$612.067,70	R\$3.060.338,50	R\$643.433,33	R\$597.770,00	R\$595.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$	PNCP CT 103/2025 MUNICÍPIO DE PELOTAS	PNCP CT 2611001/2025 MUN. DE NOVO PROGRESSO	https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/
09	Ônibus Rural Escolar – ORE 3: ônibus com comprimento total máximo de 11.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 4.000 kg, com capacidade mínima de 59 (cinquenta e nove) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. CATMAT 613276	UND	04	R\$711.116,98	R\$2.844.467,92	R\$686.675,47	R\$686.675,47	R\$760.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$	SITE DA FIAT	PNCP CTNº036/2026	https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/
------	---------------------	-----	-------	-----------------------	-----------------------	--------------	-------------------	---

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

							MUNICÍPIO DE SÍTIO D'ABADIA - GO	
10	Veículo utilitário leve, tipo picape, motorização 1.3 flex (etanol/gasolina), motorização 13,6 kgf.m (etanol) e 13,1 kgf.m (gasolina), câmbio manual de 5 marchas, tração dianteira, direção elétrica, capacidade para 02 ocupantes, ar condicionado, rodas de aço estampado com no mínimo 5.5 x 14" + Pneus 175/70 R14 (Baixa resistência a rolagem), com compartimento traseiro fechado e capacidade mínima de carga de 600 kg, destinado ao transporte de cargas leves. CATMAT 300809	UND	02	R\$126.416,00	R\$252.832,00	R\$129.900,00	R\$130.900,00	R\$118.450,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$	SITE DA FIAT	PNCP CT. 619-2025 MUN. DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA	https://pesqpreco. estaleiro. serpro.gov.br/
11	Veículo utilitário leve tipo picape, motorização 1.3 flex (etanol/gasolina), motorização 13,6 kgf.m (etanol) e 13,1 kgf.m (gasolina), câmbio manual de 5 marchas, tração dianteira, direção elétrica, capacidade para 02 ocupantes, ar condicionado, rodas de aço estampado com no mínimo 5.5 x 14" + Pneus 175/70 R14 (Baixa resistência a rolagem), com compartimento traseiro aberto e capacidade mínima de carga de 600 kg, destinado ao transporte de cargas leves. CATMAT 300809	UND	02	R\$114.943,00	R\$229.886,00	R\$121.480,00	R\$107.000,00	R\$116.350,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$	SITE DA HONDA	PNCP CT Nº013/2026 MUN. ESPLANADA	https://pesqpreco. estaleiro. serpro.gov.br/
12	Veículo tipo motocicleta zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2026, cor: branca. Destinada ao uso urbano e rural, devendo: Possuir as seguintes especificações mínimas: motor monocilíndrico, 4 tempos, cilindrada mínima de 155 cc, com arrefecimento a ar; sistema de partida Elétrica e transmissão manual de no mínimo, 5 marchas; sistema de freios com disco dianteiro e traseiro; suspensão dianteira e traseira; rodas com medidas mínimas de 19" (dianteira) e 17" (traseira); tanque de combustível com capacidade mínima de 12 litros; painel de instrumentos digital completo, contendo velocímetro, Hodômetro e marcador de combustível; capacidade para transporte de dois ocupantes; consumo médio de combustível igual ou superior a 30 km/l; características de robustez e economia, adequadas para utilização em estradas pavimentadas e não pavimentadas. Garantia mínima de 12 meses. CATMAT: 214931	UND	04	R\$23.830,00	R\$95.320,00	R\$ 22.260,00	R\$21.490,00	R\$27.740,00

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O parcelamento da contratação justifica-se quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a implicação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando as especificidades de cada item que compõe o objeto desta demanda, a contratação deverá ser parcelada, pois, do ponto de vista técnico e da economicidade o parcelamento é viável, e visa propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade entre pretensos fornecedores.

Considerando que os itens são divisíveis além de tratar-se de veículos com peculiaridades específicas de cada modelo que pode ou não contemplar todos os participantes, portanto, a não divisão em itens poderia restringir a participação de interessados.

Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica quaisquer especificações que venha exigir seu agrupamento, devendo prevalecer a regra geral de parcelamento como forma de garantia a ampla concorrência.

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES.

Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

12. DO IMPACTO AMBIENTAL

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação e as respectivas medidas de mitigação deverão ser observados pelas empresas contratadas, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, bem como no art. 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

A aquisição de veículos pode proporcionar benefícios significativos à Rede de Educação do Município de Biritinga, especialmente no que se refere à ampliação e à melhoria do atendimento pedagógico e de fornecimento de materiais e merenda escolar. Contudo, faz-se necessária a análise dos potenciais impactos ambientais associados a essa aquisição, de modo a assegurar a adoção de práticas sustentáveis.

Entre os principais impactos ambientais relacionados à aquisição e utilização dos veículos, destacam-se:

Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE):

O uso de veículos automotores, especialmente aqueles movidos a combustíveis fósseis, resulta na emissão de dióxido de carbono (CO₂) e de outros gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global e para as mudanças climáticas.

Consumo de Energia:

O consumo energético durante a operação dos veículos pode gerar impactos ambientais relevantes, sobretudo quando se trata de modelos com baixa eficiência energética, que demandam maior uso de combustíveis fósseis e recursos naturais.

Poluição do Ar:

Além das emissões de GEE, os veículos movidos a combustíveis fósseis emitem poluentes atmosféricos, como óxidos de nitrogênio (NOx) e material particulado, os quais afetam a qualidade do ar, especialmente em áreas urbanas.

Geração e Descarte de Resíduos:

Ao longo da vida útil dos veículos, são gerados resíduos oriundos de manutenções e substituições de peças. O descarte inadequado desses resíduos pode ocasionar a contaminação do solo e dos recursos hídricos.

Consumo de Recursos Naturais:

A fabricação dos veículos demanda a utilização de recursos naturais, como metais e minerais, cuja extração, quando realizada de forma não sustentável, pode impactar negativamente os ecossistemas e habitats naturais.

Medidas de Mitigação dos Impactos Ambientais:

Para mitigar os impactos ambientais associados à aquisição e utilização dos veículos, a Secretaria Municipal de Educação poderá adotar as seguintes medidas:

Eficiência Energética:

Priorizar a aquisição de veículos com maior eficiência energética, visando à redução do consumo de combustíveis e das emissões associadas.

Manutenção Preventiva e Adequada:

Realizar manutenções periódicas e adequadas, de modo a garantir o bom desempenho dos veículos, aumentar sua vida útil e reduzir a necessidade de substituições prematuras.

Descarte Ambientalmente Adequado:

Assegurar o descarte responsável de resíduos, peças e componentes, em conformidade com a legislação ambiental vigente, evitando riscos de contaminação ambiental.

Educação e Conscientização:

Promover ações de conscientização junto aos motoristas e usuários quanto à adoção de práticas de condução sustentável, contribuindo para a redução do consumo de combustível e das emissões de poluentes.

Dessa forma, ao considerar os possíveis impactos ambientais e adotar medidas eficazes de mitigação, a Secretaria Municipal de Educação reafirma seu compromisso com a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e a promoção de um ambiente mais equilibrado e saudável para a população.

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21). Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA ESTADO DA BAHIA

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a aquisição dos veículos, visando suprir as necessidades dos serviços aos quais se destina os veículos, quando a frota atual não é suficiente, o Município deve tomar uma série de providências, incluindo:

- a) Capacitação dos servidores envolvidos no processo licitatório e na gestão do contrato, com foco nas particularidades da contratação da aquisição dos veículos diversos, objeto deste ETP.
- b) Caso necessário estabelecimento de critérios objetivos para avaliação da qualidade dos veículos, com indicadores claros e mensuráveis.
- c) Formalizar as etapas do processo licitatório, incluindo a elaboração do Termo de Referência, do Edital e da minuta de Contrato com seus respectivos anexos e que reflitam a necessidade detalhada do Fundo Municipal de Educação do Município de Biritinga.
- d) Estabelecimento de mecanismos de comunicação eficientes entre a área requisitante, a equipe de licitações e a contratada, assegurando o fluxo de informações e a resolução ágil de pendências.
- e) Alinhamento constante entre as expectativas da Secretaria de Educação e a empresa contratada para evitar discrepâncias entre os materiais contratados e os entregues.
- f) Pactuação de cláusulas contratuais que prevejam a forma de reajuste de preços, condições de pagamento, sanções em caso de inadimplência, entre outros mecanismos necessários para uma contratação segura e eficiente.
- g) Implementação de processos e estruturas de governança para avaliação contínua, direcionamento e monitoramento dos processos licitatórios e dos respectivos contratos, de maneira a atender aos objetivos estipulados no Art. 11 da Lei 14.133.
- h) A Secretaria requisitante indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato, no decorrer da contratação.

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do 18 da Lei 14.133/21)

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição dos veículos, tem como resultado esperado o fortalecimento da capacidade logística e operacional das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde do Município de Biritinga, assegurando maior eficiência, regularidade e qualidade na execução das políticas públicas educacionais.

De forma específica, espera-se alcançar os seguintes resultados:

Veículo Mini Van – 07 lugares: Ampliação da capacidade de transporte de equipes técnicas, pedagógicas e administrativas; Redução de custos com deslocamentos múltiplos; Maior conforto e segurança nos deslocamentos institucionais e Otimização do acompanhamento escolar, visitas técnicas e formações.

Veículo Hatch – 05 lugares motor 1.0: Maior agilidade no atendimento das demandas administrativas rotineiras; Redução de custos operacionais (combustível e manutenção); A escolha considerou não apenas o custo de aquisição, mas também aspectos como consumo de combustível, manutenção e durabilidade, visando menor custo ao longo do ciclo de vida do bem; Apoio eficiente em atividades logísticas, entrega e coleta de documentos e Melhor utilização da frota pública.

Veículo Hatch – 05 lugares motor 1.3 (câmbio mecânico): Atendimento eficiente às demandas administrativas com melhor desempenho operacional; Redução do tempo de deslocamento das equipes; Otimização da execução de atividades internas e externas e Economia e racionalização dos recursos públicos.

Veículo Hatch – 05 lugares motor 1.3 (câmbio automático): Maior conforto e dirigibilidade para os condutores; Eficiência nos deslocamentos urbanos e intermunicipais; Agilidade no atendimento de demandas emergenciais e Melhoria nas condições de trabalho dos servidores.

Veículo utilitário – cabine simples motor 1.3 com baú: Eficiência no transporte de merenda escolar e materiais diversos; Redução de perdas e melhoria na logística de distribuição; Apoio às atividades operacionais das Secretarias e Agilidade no atendimento de demandas emergenciais.

Caminhonete Cabine Simples: Transporte seguro de materiais, equipamentos e mobiliários; Atendimento eficaz às unidades escolares, especialmente na zona rural; Maior resistência e durabilidade em terrenos de difícil acesso e Suporte às atividades de manutenção e logística.

Caminhonete Cabine Dupla: Transporte simultâneo de equipes e materiais; Maior versatilidade operacional; Atendimento eficiente às demandas da zona rural e Melhoria na execução de ações externas das Secretarias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

Van – 16 lugares: Transporte coletivo eficiente de servidores, equipes e alunos; Redução de custos com locações e terceirizações; Maior segurança e organização nos deslocamentos e Apoio a eventos, formações e atividades institucionais.

Caminhoneta Baú Refrigerada – Merenda Escolar: Garantia da qualidade e conservação de alimentos perecíveis; Atendimento às normas sanitárias e de segurança alimentar; Redução de desperdícios e perdas e Regularidade no abastecimento das unidades escolares.

Micro-ônibus: Atendimento eficiente a rotas de média demanda; Flexibilidade operacional no transporte escolar; Melhor aproveitamento da capacidade de transporte e Segurança e conforto aos estudantes.

Ônibus Escolar ORE 3: Atendimento às rotas de maior demanda e longas distâncias; Adequação às condições da zona rural; Conformidade com padrões de segurança do Programa Caminho da Escola e Garantia de regularidade e qualidade no transporte escolar.

Motocicletas: Redução significativa dos custos operacionais; Agilidade no atendimento de demandas em áreas urbanas e rurais; Ampliação da presença das equipes técnicas nas comunidades e Melhoria na eficiência dos serviços de saúde e educação.

De modo geral, a contratação resultará na melhoria da logística educacional, na ampliação do acesso às ações da Secretaria, na redução de custos operacionais, no uso racional dos recursos públicos e no fortalecimento das políticas Educacionais e de Saúde do Município de Biritinga, refletindo diretamente na qualidade do ensino ofertado à população.

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando o levantamento das necessidades do Fundo Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Saúde do Município de Biritinga, bem como a análise técnica e administrativa realizada neste Estudo Técnico Preliminar, declara-se viável o processo de aquisição de veículos para atender as demandas da Secretaria de Educação e de Saúde do Município de Biritinga-Bahia

A presente aquisição justifica-se pela necessidade de ampliar e modernizar a frota de veículos da Secretaria de Educação e de Saúde, com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021. Ressalta-se, ainda, que o processo de contratação será realizado por Pregão Eletrônico, modalidade que assegura maior competitividade, transparência e vantajosidade à Administração Pública.

Diante do exposto, declara-se **VIÁVEL** a execução do processo licitatório para a aquisição dos itens em referência, recomendando-se o prosseguimento das etapas subsequentes para a formalização do procedimento licitatório e posterior contratação, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Biritinga, 25 de março de 2026.

Priscila Brito de Souza Lima
Secretária M de Educação

Daniel Cerqueira do Nascimento
Secretário M. de Saúde


COSME NILTON OLIVEIRA CRUZ
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O MUNICÍPIO DE BIRITINGA com sede na, na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 49/2023, e Decreto 34/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

15. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...] que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

16. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item Do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

17. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração do Município de Biritinga.

18. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal e de outros Municípios que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à esta ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

19. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Para a prorrogação serão considerados os itens desta Ata de Registro em sua integralidade, ou seja, com os mesmos quantitativos iniciais.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento, conforme art. 95 da Lei 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os gêneros com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 23.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

20. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos gêneros registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

21. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.3. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.7. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

22. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.3. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.3.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.3. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto Municipal.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

23. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do **no Decreto nº 49/2023, e Decreto 34/2024**; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

24. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade na forma da Lei.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

25. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os
itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua
proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

CONTRATO Nº...../2026

Processo Administrativo nº(.....)
Pregão Eletrônico nº(.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
SI O MUNICÍPIO DE BIRITINGA
E EMPRESA

O MUNICÍPIO DE BIRITINGA, com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital do Pregão Eletrônico;
 - 1.2.3. A Proposta do contratado;

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura deste Termo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado que existe saldo;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o fornecimento tenha sido realizado regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o Município mantém interesse na realização do fornecimento;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E REPACTUAÇÃO ([art. 92, V e 124](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 7.9. Será devido o equilíbrio econômico-financeiro, quando verificadas situações e condições do art. 124, inciso II alínea "d" da lei 14.133/21.
- 7.10. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.
- 7.11. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.
- 7.12. Os pedidos de repactuação dos preços deverão ser formulados pela contratada e deverá ser encaminhado exclusivamente pelo e-mail:

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.
- 8.11. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.12. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência, as cláusulas contratuais, e os termos de sua proposta.
- 8.13. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 8.14. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.15. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.
- 8.16. Rejeitar qualquer fornecimento executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [\(art. 92, XIV, XVI e XVII\)](#)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto deste Contrato;
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior [\(art. 137, II\)](#) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA ESTADO DA BAHIA

- 9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo o bem, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações da boa técnica e a legislação de regência;
- 9.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os fornecimentos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento ou dos materiais empregados;
- 9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.6. Não contratar, durante a vigência deste Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.7. Manter durante a vigência deste Contrato de fornecimento, os documentos referentes a habilitação fiscal e trabalhista a seguir:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos ao fornecimento dos pneus, câmaras e protetores.
- 9.9. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.11. Manter durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação conforme Termo de Referência;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução deste Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.13. Comprovar se solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.16. Cumprir com toda e qualquer legislação afeta ao objeto de forma direta ou indireta, seja norma legal ou regulamentar.
- 9.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.18. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado no que couber, orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial deste Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total deste Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.4. Multa:

l) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção deste Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. s atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. Este Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. Este Contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que este Contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário deste Contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. Este Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir este Contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

PRO. ATIV.:

ELEMENTO:

FONTE:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração deste Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

17.1. Da Fiscalização Contratual

17.1.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração e ainda todas as atribuições constantes do Item Fiscalização do Termo de Referência.

17.1.2. Fica designado como Fiscal deste Contrato o Sr.....

17.2. Da gestão Contratual

17.2.1. O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da administração e ainda todas as atribuições constantes do Item Gestor de Contrato do Termo de Referência.

17.2.2. Fica designado como Gestor deste Contrato o Sr.....

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Serrinha, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA
ESTADO DA BAHIA

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-